

A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG¹

VILAS BOAS, Lucas Guedes²

Recebido (Received): 29-04-2020 Aceito (Accepted): 25-07-2020

Como citar este artigo: VILAS BOAS, L. G. A atuação das cooperativas agropecuárias no município de Nepomuceno-MG. **Formação (Online)**, v. 28 n. 53, p. 263-293, 2021.

Resumo

O município de Nepomuceno está localizado na região de planejamento Sul de Minas e sua economia se baseia na agricultura, com destaque para o setor cafeeiro. Assim, o objetivo do artigo é discutir a atuação das cooperativas na agropecuária nepomucenense. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostraram que a maioria dos cafeicultores locais vende sua produção para as cooperativas atuantes no município, as quais revendem os grãos colhidos pelos agricultores para o Brasil e outros países. Destarte, as cooperativas, por intermédio dos serviços ofertados aos associados, assumem o papel de agentes que promovem a inserção da agricultura no modo de produção capitalista e constituem a expressão do agronegócio em Nepomuceno.

Palavras-chave: Cafeicultura. Capitalismo. Monopólio. Redes Geográficas. Comercialização.

THE WORK OF THE AGRICULTURAL COOPERATIVES IN NEPOMUCENO-MG

Abstract

The municipality of Nepomuceno is located in the Southern Minas Gerais planning region and its economics is based on agriculture focusing on the coffee sector. Thus, the purpose of the article is to discuss the performance of cooperatives in Nepomuceno's agriculture. The adopted methodological procedures included a bibliographic research, documental analysis, fieldwork and semi-structured interviews. The results have shown that most local coffee farmers sell their production to the cooperatives active in the municipality, which will resell the grain harvested by those farmers to Brazil and other countries. This is, cooperatives via the services offered to associates, take on the role of agents promoting the insertion of agriculture under the capitalist mode of production and making up the expression of agribusiness in Nepomuceno.

Keywords: Coffee Sector. Capitalism. Monopoly. Geographical Networks. Commercialization.

LA ACTUACIÓN DE LAS COOPERATIVAS AGROPECUARIAS EN EL MUNICIPIO DE NEPOMUCENO-MG

Resumen

El municipio de Nepomuceno está localizado en la región de planificación Sul de Minas y su economía está basada en la agricultura, con destaque para el sector cafetero. Así, el objetivo de lo artículo es discutir la actuación de las cooperativas en la agropecuaria nepomucenense. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron la pesquisa bibliográfica, el análisis documental, el trabajo de campo y las entrevistas semiestruturadas. Los resultados mostraron que la mayoría de los cafeteros locales venden su producción a las cooperativas que actúan en el municipio, las cuales revenden los granos cosechados por los agricultores en Brasil y otros países. De este modo, las cooperativas a través de los servicios ofrecidos a los miembros, asumen el papel de agentes que promueven la inserción de la agricultura en el modo de producción capitalista y constituyen la expresión del agronegocio en Nepomuceno.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2019.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Unidade Nepomuceno. E-mail: lucasguedes@cefetmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3189-0520>.

Palabras clave: Caficultura, Capitalismo, Monopolio, Redes Geográficas, Comercialización.

1 Introdução

Nos tempos recentes, o panorama agrário sul-mineiro sofreu algumas modificações, uma vez que as empresas capitalistas, além da preocupação com a compra da terra em si, também se interessam muito pelo controle da produção, inserindo o pequeno agricultor na lógica mercantil. No Sul de Minas Gerais, região afamada pela elevada fertilidade de seus solos, os capitalistas não se importam tanto com a compra de terras como se preocupavam em décadas anteriores, mas direcionam seus esforços para o controle do processo produtivo. As cooperativas agropecuárias atuantes nos municípios sul-mineiros controlam a produção cafeeira regional, apesar de não monopolizarem a propriedade da terra na região.

A cafeeicultura é a principal atividade agrícola de muitos municípios sul-mineiros e é responsável por gerar milhares de postos temporários de trabalho durante o período da colheita. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 1.297 (84,66% do total) estabelecimentos agropecuários produziam café em Nepomuceno (IBGE, 2018). Em 2018, a área destinada à cafeeicultura representou 99,39% das terras cultivadas no município. Enquanto a microrregião de Lavras produziu 31.352 toneladas de café no ano de 2018, Nepomuceno foi responsável por 18.809 toneladas, o equivalente a 59,99% da produção microrregional (IBGE, 2019). Conseqüentemente, é notória a importância do setor cafeeiro municipal no contexto da região à qual pertence.

De acordo com a metodologia adotada no Censo Agropecuário, 1.061 (69,26%) dos 1.532 estabelecimentos agropecuários de Nepomuceno pertenciam à agricultura familiar no ano de 2017 (IBGE, 2018), corroborando sua importância na conjuntura agrária municipal. Destarte, trata-se de um município cuja agricultura se baseia na monocultura cafeeira, a qual é produzida principalmente por agricultores familiares que comercializam o café cultivado com as cooperativas. As vagas sazonais de trabalho ofertadas durante a colheita da rubiácea possuem grande importância na vida de muitos nepomucenenses, pois representam um complemento das receitas financeiras anuais do núcleo familiar, possibilitando a compra de víveres básicos e/ou a reforma de imóveis e a aquisição de bens materiais, como eletrodomésticos e automóveis.

Sublinha-se que as lavouras cafeeiras se disseminaram no município a partir da primeira metade do século XX, processo favorecido pela construção de ferrovias que conectaram o Sul de Minas Gerais ao interior de São Paulo e pela chegada de imigrantes italianos vindos de terras

paulistas, os quais já conheciam as técnicas de cultivo da rubiácea (VILAS BOAS, 2016). Atualmente, as cooperativas que atuam no município são a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé).

Assim sendo, os escritos têm como objetivo discutir a ação das cooperativas agrícolas no município de Nepomuceno, localizado na região de planejamento Sul de Minas, explicando como a produção cafeeira nepomucenense foi inserida nas redes nacionais e mundiais de comercialização do café através das cooperativas, as quais monopolizam a compra da rubiácea produzida pelos agricultores familiares municipais, valendo-se da cotação desta *commodity* nas Bolsas de Mercados de Futuros.

2 Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas. As idas a campo aconteceram entre os meses de março de 2016 e março de 2019 em 60 propriedades agrícolas do município de Nepomuceno. Na pesquisa documental, foram efetuadas a análise e a interpretação de dados e informações relativos à produção agrícola nepomucenense e à associação às cooperativas. Os dados foram obtidos por meio de publicações de órgãos e entidades estatais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1995) ou parcialmente estruturadas (GIL, 2002), as quais possuem elementos norteadores para os questionamentos realizados, com dois gestores de cada uma das principais cooperativas atuantes na cafeicultura municipal. Esse tipo de entrevista não possui perguntas prontas ou predeterminadas, mas é orientado por temáticas necessárias à pesquisa, cuja ordem de abordagem é definida no decurso da entrevista. Embasadas e subsidiadas por um referencial teórico relativo ao tema, as entrevistas intentaram a obtenção de informações concernentes à atuação das cooperativas em Nepomuceno e na região, ao cultivo de cafés orgânicos e/ou especiais, aos serviços ofertados aos cooperados e à revenda do café produzido no município e adquirido pelas cooperativas.

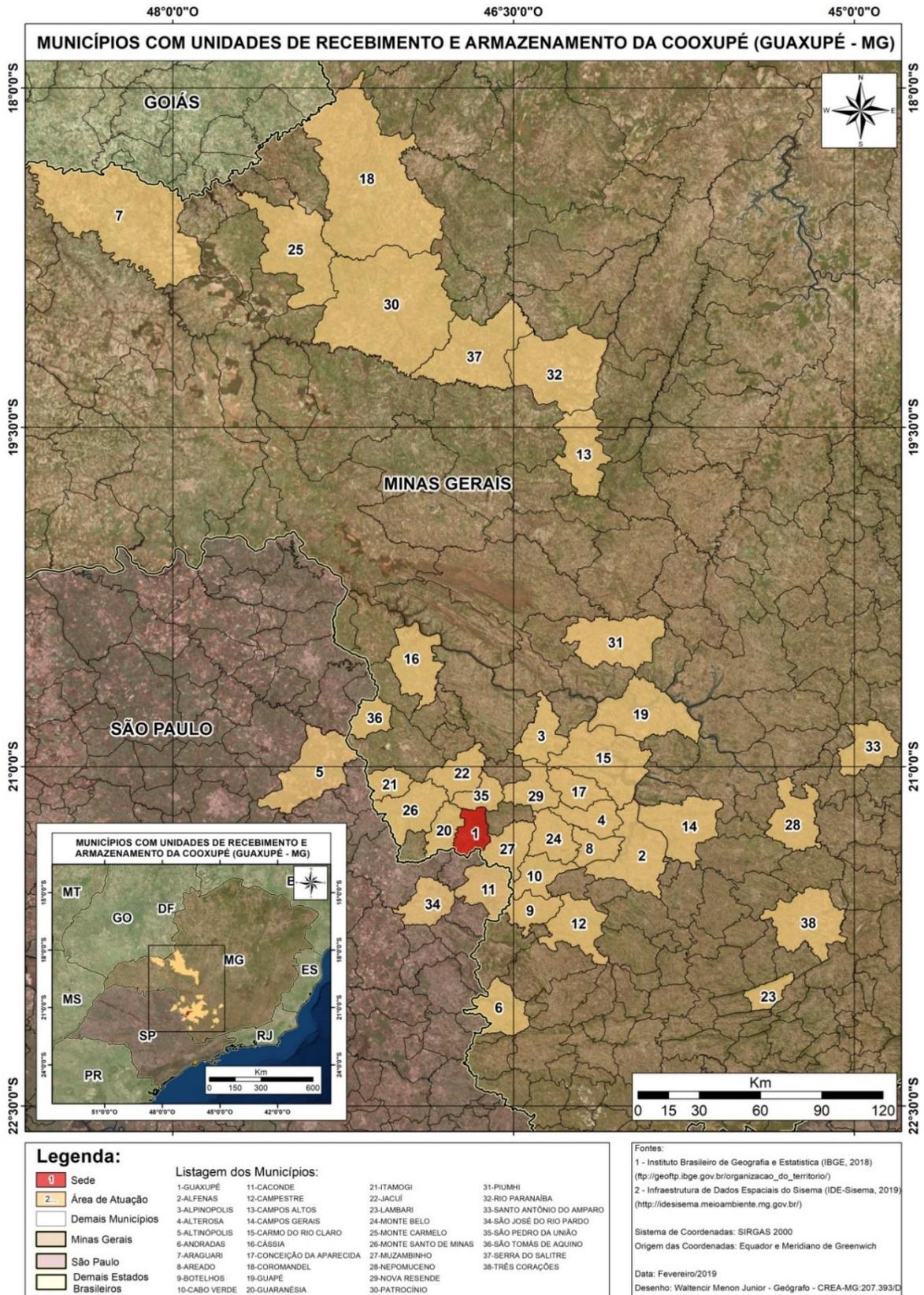
3 A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) e sua instalação em Nepomuceno-MG

Atualmente, a maioria das cooperativas no Brasil possui atuação local ou regional, sendo raras as que têm maior abrangência. A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) é uma destas exceções, pois surgiu como uma pequena cooperativa regional, tornando-se a maior exportadora nacional de café verde, marcando presença nas principais áreas produtoras e exportadoras do Brasil (ROLLO, 2009; COULIS, 2011; FREDERICO, 2014; OLIVEIRA, 2016). Acerca da liderança da Cooxupé entre as exportadoras brasileiras da rubiácea, Mergulhão (2017, p. 62) narra que:

A adesão da Cooxupé ao Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), um programa federal que garante preço mínimo ao produtor quando as cotações do grão estão abaixo do custo, e os créditos de PIS/COFINS na exportação podem ter contribuído para este resultado.

Fundada no ano de 1932, a Cooxupé foi uma cooperativa de crédito agrícola até 1957. Doravante, tornou-se cooperativa de cafeicultores, contabilizando aproximadamente 14 mil cooperados em 2017, distribuídos em mais de 200 municípios espalhados pelas unidades federativas de Minas Gerais e São Paulo. Possui unidades locais em 38 municípios (Figura 1) e mais de 80% de seus associados são pequenos cafeicultores vinculados à agricultura familiar (COOXUPÉ, 2018). A cooperativa dispõe de uma ampla e moderna estrutura de armazenamento dos grãos e tem uma unidade de armazenagem exclusiva para a *Starbucks*, multinacional que comanda a maior cadeia de cafeterias do mundo, com mais de 21 mil lojas varejistas distribuídas em 66 países (ROLLO, 2009; CARVALHO, 2013; FREDERICO; BARONE, 2015; IBGE, 2016).

Figura 1 – Municípios com Unidades da Cooxupé em 2018



Fonte: Elaborado por MENON JÚNIOR, Waltencir.

É importante salientar que em diversos momentos a Cooxupé foi apoiada pelo Estado brasileiro, o qual lhe forneceu diversos incentivos. Em 1967, funcionários do IBC trabalhavam para a Cooxupé numa parceria que almejava auxiliar os cafeicultores, sobretudo no estado de Minas Gerais. Por alguns anos, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) financiou parte da infraestrutura de armazenamento e de processamento desta empresa (SOUZA, 2006; COULIS, 2011; OLIVEIRA, 2016), a qual, no ano de 2017, ocupava o posto de sétima maior cooperativa do Brasil e era uma das 35 maiores empresas de agronegócio do país (FORBES BRASIL, 2018).

A partir do decênio de 1990, o BDMG realizou diversos investimentos que beneficiaram as cooperativas em Minas Gerais, com destaque para a Cooxupé (COULIS, 2011). Em 27 de julho de 2012, a Lei Estadual nº. 20.313 instituiu o Fundo Estadual de Café (Fecafé), administrado pelo BDMG em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), cujo objetivo é dar suporte financeiro à cadeia produtiva cafeeira na unidade federativa (MINAS GERAIS, 2012). O Fecafé financiou R\$ 100.000.000,00 para o setor cafeeiro do estado entre 2013 e 2014, e uma das empresas beneficiadas foi a Cooxupé (OLIVEIRA, 2016).

Broggio *et al.* (1999) destacam a importância do papel exercido pelas cooperativas cafeeiras no sul de Minas nos últimos anos, dando ênfase ao caso da Cooxupé. De acordo com Coulis (2011), a cooperativa apresentou notável crescimento no decênio de 1990, mas vivenciou seu esplendor a partir da década de 2000, quando se tornou a maior cooperativa cafeeira do planeta, em virtude da expressiva ampliação do número de filiados e do aumento de suas exportações.

A filial da Cooxupé foi instalada em território nepomucenense no mês de agosto de 2015. À época, havia apenas 16 cooperados no município. Já em setembro de 2017, a cooperativa possuía 196 associados em Nepomuceno, dentre os quais 194 produziam café. A instalação da unidade no município foi uma das medidas do rol de ações efetivadas no plano de expansão da empresa. Neste contexto, alguns produtores nepomucenenses solicitaram a vinda da Cooxupé para o município, sobretudo para atuação na cafeicultura local. Dentre as cinco filiais fundadas pela Cooxupé em 2015, a unidade de Nepomuceno vem apresentando os melhores resultados até o momento (COOXUPÉ, 2018).

O custo mínimo para associação na cooperativa é de R\$ 550, 00 (quinhentos e cinquenta reais). Os associados da Cooxupé conseguem bônus e descontos na aquisição de insumos, como agrotóxicos, sementes transgênicas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas, e desfrutam da

possibilidade do pagamento parcelado, benefícios não concedidos aos não cooperados. A cooperativa também assegura a liquidez diária na comercialização da rubiácea, isto é, o cafeicultor consegue vender seu café a qualquer momento (COOXUPÉ, 2018). Tal característica condiz com a produção *just in time*, na qual o consumo e a venda são marcados pela instantaneidade. Com o advento do pós-fordismo e a flexibilização do trabalho, do consumo, do mercado e da produção, houve a aceleração do tempo de giro da produção e do consumo, aumentando a fluidez das mercadorias e possibilitando sua compra e venda de forma instantânea (HARVEY, 2005).

Os cooperados também têm uma participação nos lucros da empresa. Outras vantagens oferecidas aos associados são: a segurança no armazenamento dos grãos, a assistência técnica gratuita, a possibilidade de negociações virtuais, as premiações para os cafés certificados, as análises pedológicas e foliares efetuadas em laboratórios especializados, os convênios e programas de capacitação técnica e profissional, as linhas de crédito ofertadas e o recolhimento de embalagens de agrotóxicos vazias (COOXUPÉ, 2018).

Atualmente a cooperativa adquire apenas café e milho, pois preferiu reduzir o número de gêneros aos quais dedicava seus esforços, com o intuito de centralizar suas ações apenas nos produtos que proporcionavam maior lucratividade. O preço pago pela saca de café é baseado na cotação da rubiácea na Bolsa de Mercados Futuros de Nova York, subtraindo-se o custo da cooperativa, o qual se refere ao gasto com beneficiamento e transporte da mercadoria e atinge até 20% do valor total da saca. Toda a produção das filiais das cooperativas é direcionada para o município de Guaxupé, onde é realizado o beneficiamento dos grãos. Posteriormente, a Cooxupé revende o café de seus cooperados para empresas torrefadoras e exporta para todos os estados brasileiros e para diversos países.

De acordo com informações fornecidas durante as entrevistas semiestruturadas, nos anos de 2016, 2017 e 2018, a Cooxupé exportou café para cinco continentes, abrangendo os seguintes países: Venezuela, Argentina, Chile, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, Itália, França, Irlanda, Islândia, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Noruega, Suécia, Polônia, Romênia, Turquia, Grécia, Bélgica, Eslovênia Holanda, Macedônia, Israel, Líbano, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Rússia, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Vietnã, Malásia, Indonésia, Taiwan e Austrália (COOXUPÉ, 2018).

Enquanto a fundação das primeiras cooperativas constituiu uma oposição do proletariado frente ao liberalismo econômico e à exploração de sua mão de obra nas indústrias capitalistas, a Cooxupé está imersa na lógica capitalista de produção. Com a intensificação do

processo de globalização, sua produção se inseriu na cafeicultura científica globalizada em razão de seu estreito vínculo com corporações transnacionais e multinacionais, da especialização da produção, do uso da tecnologia da informação em todas as etapas do processo produtivo, entre outras características. Deste modo, a atuação da empresa corresponde a um desvirtuamento do sentido original das cooperativas, pois suas ações dão prioridade à exportação de *commodities* e à ampliação da produtividade e dos lucros.

Ademais, não há políticas sociais efetivas voltadas aos cooperados, uma vez que, apesar do fornecimento de infraestrutura para a agropecuária, a Cooxupé cobra taxas dos agricultores filiados para armazenar e exportar sua produção, e os gêneros cultivados pelos associados são adquiridos com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, o que aumenta a variabilidade de seus preços, prejudicando os produtores. Em virtude de seus parcos rendimentos financeiros, muitos cafeicultores não podem aguardar momentos de valorização da rubiácea. Assim, a volatilidade dos preços do café pode afetá-los, uma vez que sua colheita pode ser concluída em um momento de queda na cotação, a qual pode ser ocasionada pelo crescimento da produção em outras áreas, pela desvalorização cambial do dólar ou pela diminuição do consumo em escala mundial.

A qualidade do café também é avaliada conforme os parâmetros internacionais da Bolsa de Nova York. Assim, o preço pago pela saca varia de maneira inversamente proporcional à quantidade de defeitos encontrados. Além disso, a cooperativa garante gratuitamente o seguro da produção de seus associados durante todo o processo de transporte. No tocante à lavoura, a empresa intermedeia o seguro para os cooperados através do convênio com várias seguradoras.

O produtor de cafés especiais associado à Cooxupé tem sua produção direcionada à SMC – Comercial e Exportadora de Café S/A, sediada em Guaxupé, a qual adquire, beneficia e distribui os cafés especiais. A SMC comercializa cafés de elevada qualidade, como os certificados, finos, sustentáveis e varietais³. Neste âmbito, a empresa possui convênio com algumas entidades certificadoras internacionais, como a *Rainforest Alliance*, a *Global Coffee Platform*, a *Coffee and Farmer Equity Practices* e a *Utz Certified*, as quais atestam a qualidade da rubiácea comercializada, legitimando-a perante os importadores (COOXUPÉ, 2018). A atuação das certificadoras em território nacional é relativamente recente, pois a maioria delas foi fundada nos decênios de 1990 e 2000.

³ Os cafés varietais são produzidos com apenas uma variedade da rubiácea. Destarte, nos processos de colheita, transporte e processamento, seus grãos não são misturados com outras variedades. Assim, não experimentam nenhum contato com plantas híbridas, assegurando sua alta qualidade e características sensoriais ímpares.

Neste panorama, mais de 80% dos cafés especiais produzidos em território brasileiro no ano de 2018 foram exportados (CECAFÉ, 2019). Barone (2017) disserta que a rubiácea recebe essa designação quando apresenta características materiais ou imateriais específicas que atendam a determinados interesses dos consumidores e do mercado. Embora sua definição ainda não seja consensual entre os especialistas da área, os cafés especiais apresentam qualidade diferenciada em relação aos demais, em virtude de suas características sensoriais – como aroma, sabor, doçura, corpo e acidez – e do menor número de defeitos. Em geral, para se considerar um café como especial, tem-se adotado a Metodologia de Avaliação Sensorial criada pela associação *Specialty Coffee Association*, na qual os cafés especiais precisam alcançar no mínimo 80 pontos de 100 possíveis na escala de pontuação. No tocante ao assunto, Mergulhão (2017) afirma que o consumo de cafés finos ou com características singulares teve grande crescimento em território brasileiro entre os anos de 2008 e 2012.

Com a instalação de um escritório da Cooxupé no município de Nepomuceno em 2015, foi ampliada a concorrência frente às cooperativas regionais que atuavam em terras nepomucenenses, como a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) e a Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas). Dentre as vantagens oferecidas pela empresa, os agricultores municipais destacaram o valor monetário pago pela saca e a compra imediata do grão. Neste âmbito, muitos entrevistados relataram que as outras cooperativas esperavam um momento de redução do preço do café na Bolsa de Mercados de Futuros para adquiri-lo. De modo diferente, a Cooxupé compra o grão no momento em que o produtor o leva para a cooperativa, independentemente da situação da rubiácea no mercado mundial. Devido ao expressivo aumento no número de cooperados em Nepomuceno, é possível que, daqui a alguns anos, a Cooxupé supere a concorrência das outras cooperativas atuantes no município e consiga monopolizar a cafeicultura em âmbito local.

Em função do crescimento da concorrência e da absorção de parcela da produção cafeeira nepomucenense pela Cooxupé, a Cocatrel e a Capebe aumentaram, a partir de 2016, o preço pago pela saca de café no município. Segundo a EMATER-MG (2019), esse acréscimo resultou principalmente da maior valorização dada, no processo de avaliação da qualidade – que abrange parâmetros como a bebida e o número de defeitos por saca, ao café produzido pelos agricultores associados do município. Assim, o aumento da concorrência entre as cooperativas beneficiou, em certa medida, os cafeicultores em Nepomuceno.

A Cooxupé exporta diretamente o café de seus cooperados, enquanto a Capebe e a Cocatrel vendem a rubiácea produzida pelos associados para empresas exportadoras. Desta

maneira, além da influência da cotação nas Bolsas de Valores e nas Bolsas de Mercados de Futuros, a oscilação dos preços pagos pelas empresas exportadoras interfere diretamente na quantia paga pela Cocatrel e pela Capebe aos cafeicultores pela saca de café. Em contrapartida, como a Cooxupé não necessita de intermediários para exportar a rubiácea de seus associados, variações nos custos de transporte e de beneficiamento reverberam diretamente na alteração dos preços pagos aos produtores. Mais de 100 cafeicultores nepomucenenses vinculados a outras cooperativas optaram por mudança e se filiaram a Cooxupé, especialmente em virtude do preço pago pela saca de café, o qual, na maioria das vezes, é maior que o oferecido pela concorrência. Além disso, segundo os gestores entrevistados, a cooperativa ofereceu, no ano de 2017, crédito rural com os menores juros do mercado, inferiores a 8% anuais (COOXUPÉ, 2018).

4 A atuação da Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) no município de Nepomuceno-MG

Concorrente da Cooxupé em Nepomuceno e nos municípios vizinhos, a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) foi fundada em 1963, com o intuito de comercializar café, leite e seus derivados. Possui oito unidades (Boa Esperança, Campo do Meio, Candeias, Coqueiral, Cristais, Guapé, Ilicínea e Nepomuceno) e sua sede está localizada no município de Boa Esperança (Figura 2). Em 2017, possuía aproximadamente 9.000 associados, com cerca de 800 cooperados – dos quais 795 eram cafeicultores – na filial em Nepomuceno, cuja fundação ocorreu em fevereiro de 2005. A quantia paga pela associação à cooperativa é de R\$ 300,00 (trezentos reais). Atualmente, a cooperativa se dedica às culturas de café, milho, leite e soja (CAPEBE, 2018).

A Capebe garante ao cooperado o seguro gratuito de sua produção, abrangendo o transporte inicial, o armazenamento da safra e sua posterior distribuição. Quanto ao seguro relativo à lavoura, a cooperativa possui empresas conveniadas, as quais concedem um desconto ao associado, mas cobram uma taxa pela aquisição de seus serviços. De maneira oposta à Cooxupé, a Capebe não insere a análise química do solo e das folhas em seus laboratórios no rol dos serviços disponibilizados aos cooperados mediante a associação, os quais ganham apenas um abatimento no preço final do serviço (CAPEBE, 2018).

A empresa comercializa diversos insumos, como agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas), fertilizantes químicos, máquinas agrícolas, sementes transgênicas e hormônios vegetais e animais. De modo geral, os associados têm um pequeno desconto, inferior a 5%, na

compra dos produtos negociados pela cooperativa. Com relação à assistência técnica, as visitas dos agrônomos da Capebe são gratuitas e ocorrem periodicamente. Em contrapartida, quando solicitam a ida de um médico veterinário à sua propriedade agrícola, os associados devem pagar uma taxa, calculada com base na distância em quilômetros percorrida pelo profissional durante o trajeto de ida e volta do estabelecimento rural (CAPEBE, 2018).

A Capebe possui profissionais responsáveis pela degustação e avaliação dos cafés produzidos pelos associados. Dentre suas funções, destacam-se a indicação de grãos que possam participar de concursos externos de qualidade e a análise das amostras recebidas. O café dos cooperados é classificado segundo vários critérios, como cor, aspecto, bebida, tipo, padrão e número de defeitos. Deste modo, o preço pago pela saca varia conforme a classificação realizada pela cooperativa e a cotação da rubiácea na Bolsa de Nova York. No rol dos valores e das filosofias da empresa, sobressaem-se o respeito ao meio ambiente, o trabalho ético, o comprometimento com os associados e a priorização no atendimento de suas necessidades, com foco na qualidade da assistência técnica prestada (CAPEBE, 2018).

No ano de 2017, a cooperativa obteve R\$ 383.941.629,00 de ingressos de receitas oriundas da exportação de mercadorias, tendo como carro-chefe a venda do café (SISTEMA OCEMG, 2018). O café produzido pelos associados da cooperativa é exportado para diversos países, dentre os quais se destacam: Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, China, Rússia, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Neste sentido, a rubiácea dos cooperados é comercializada com empresas exportadoras, como a Terra Forte Importadora e Exportadora, a Três Corações Alimentos, a Stockler Comercial e Exportadora, a Mercon Brasil, a Tristão Companhia de Comércio Exterior, a Unicafé, a Sagrados Corações Indústria e Comércio de Alimentos, a Cofco Brasil e a Gardingo Trade.

A Capebe permite – mediante a assinatura de contrato com no mínimo um avalista (o qual precisa estar associado à cooperativa) – aos agricultores filiados a aquisição de insumos destinados à lavoura com o pagamento programado apenas para a próxima safra. Nesta circunstância, parte da produção é utilizada para a quitação da dívida no ano seguinte. Aproximadamente 95% do milho e da soja produzidos pelos seus cooperados são transgênicos. Já o percentual de cafés geneticamente modificados da cooperativa é inexpressivo diante do total produzido pelos associados (CAPEBE, 2018).

No que concerne à infraestrutura, dispõe de escritórios, lojas de insumos, uma boutique, um empório, uma casa de queijos e um posto de gasolina, comercializando um variado conjunto de mercadorias, sobretudo gêneros destinados à alimentação. Possui 10 armazéns de grandes

dimensões, nos quais ocorrem a estocagem e o beneficiamento dos grãos para sua posterior distribuição. Neste âmbito, a cooperativa confere ênfase à produção de cafés finos⁴, direcionando-os à exportação (CAPEBE, 2018).

Em pesquisa relativa à atuação da Cooxupé e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso) na agropecuária sul-mineira, Coulis (2011) demonstrou que estas cooperativas usam programas de bônus, brindes e promoções tentando a atração e a fidelidade dos cooperados. Ademais, mensalmente enviam revistas e/ou boletins informativos aos associados, os quais contemplam as principais ações efetuadas pela cooperativa, dicas sobre a produção, informações sobre a situação da cafeicultura nacional e mundial, entre outros dados. As principais cooperativas atuantes no município de Nepomuceno também utilizam tais estratégias para a conquista de mais associados.

Nesta esfera, a Capebe encaminha trimestralmente um jornal informativo para todos os cooperados. Além disso, realiza alguns eventos anuais de capacitação e confraternização para seus filiados. Dentre as cerimônias organizadas, destacam-se a Feira do Agronegócio e a Festa da Família, realizadas anualmente em Boa Esperança, onde está localizada a sede da cooperativa, e o Encontro com os Associados, o qual ocorre em diversos municípios. Em Nepomuceno, esta solenidade acontece uma vez ao ano, geralmente em alguma das propriedades rurais dos cooperados. A participação nestes eventos, cujo caráter é festivo e informativo, é gratuita aos associados (CAPEBE, 2018).

5 A Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e sua atuação em Nepomuceno-MG

De maneira semelhante à Capebe, a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) envia aos associados, gratuita e mensalmente, uma revista contendo as principais novidades relativas à cooperativa e informações sobre a cafeicultura em escala regional, nacional e mundial. Além disso, é uma das instituições organizadoras da EXPOCAFÉ, a maior feira relacionada à cafeicultura no Brasil, realizada anualmente no município de Três Pontas. O evento se dedica principalmente à transferência de tecnologias associadas ao setor cafeeiro. Através de uma parceria com a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha

⁴ Cerca de 65% dos cafés comercializados pela Capebe são finos (CAPEBE, 2018). Esses cafés possuem menos defeitos e têm uma bebida de qualidade superior. Ademais, apresentam melhor aroma e sabor, além de características diferenciadas de harmonia e acidez. Embora não sejam classificados como especiais, apresentam qualidades superiores à média.

(Minasul), a Cocatrel organiza, desde o ano de 2017, a Feira de Negócios Cocatrel/Minasul (FECOM), evento de entrada franca concretizado em todas as filiais de ambas as cooperativas (COCATREL, 2018).

A Cocatrel foi fundada em 1961 e sua filial em Nepomuceno foi inaugurada no ano de 1984. Atualmente, a empresa adquire café, milho, leite, sorgo e soja dos cooperados, embora já tenha trabalhado com girassol há alguns anos. Em 2017, a cooperativa possuía aproximadamente 5 mil associados em cerca de 90 municípios. Além disso, tinha unidades com armazéns e centros de vendas em oito municípios (Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Córrego do Ouro, Ilicínea, Nepomuceno, Santana da Vargem, Santo Antônio do Amparo e Três Pontas) (Figura 2). A sede da empresa está localizada no município de Três Pontas. O preço de associação à cooperativa é de R\$ 1.000,00 (mil reais), quantia que pode ser parcelada em até três prestações sem juros. Caso o cooperado saia da cooperativa, há ressarcimento da quantia paga no momento da associação. Além disso, há a retenção de capital, pois por se tratar de uma cooperativa, o produtor filiado tem participação nos ganhos da empresa. No ano de 2018, a filial nepomucenense atendia 1040 agricultores de 42 municípios diferentes, embora mais de 90% fossem moradores de Nepomuceno (COCATREL, 2018).

A cooperativa também cobra taxas pelas análises pedológicas e foliares solicitadas pelos cooperados. Segundo os gestores da empresa, os preços cobrados pelos procedimentos são inferiores aos do mercado. Apesar de a Cocatrel não fornecer seguro para a lavoura, a produção dos associados se encontra assegurada pela empresa durante todo o trajeto entre a propriedade agrícola e os armazéns. A partir de 2016, a cooperativa começou a exportar café. Contudo, o percentual da rubiácea exportada diretamente é incipiente diante do total comercializado pela empresa (COCATREL, 2018).

A Cocatrel oferta inúmeros insumos aos associados, como equipamentos agrícolas, sementes geneticamente modificadas, hormônios animais, agrotóxicos e adubos químicos. Neste contexto, possui uma loja para venda de diversos produtos em Nepomuceno e providencia gratuitamente visitas técnicas de agrônomos aos cooperados, enquanto a assistência veterinária é cobrada de acordo com a quilometragem percorrida pelo veterinário no percurso de ida e volta até os estabelecimentos visitados. Dentre suas filosofias, pode-se destacar o foco na credibilidade da empresa e no bom relacionamento com os associados, a busca pela qualidade dos produtos comercializados e pela qualidade de vida da sociedade, a responsabilidade ambiental e social e a defesa do cooperativismo (COCATREL, 2018).

A cooperativa oferece a locação de máquinas e equipamentos agrícolas aos associados e possui uma oficina especializada no reparo do maquinário agrícola. A produção dos cooperados de todas as unidades da Cocatrel é transportada até o município de Três Pontas, onde é beneficiada e classificada. A maioria do café produzido é vendida para empresas exportadoras, como a *Louis Dreyfus Company*, a Comexim Ltda e a EISA Empresa Interagrícola S/A (COCATREL, 2018).

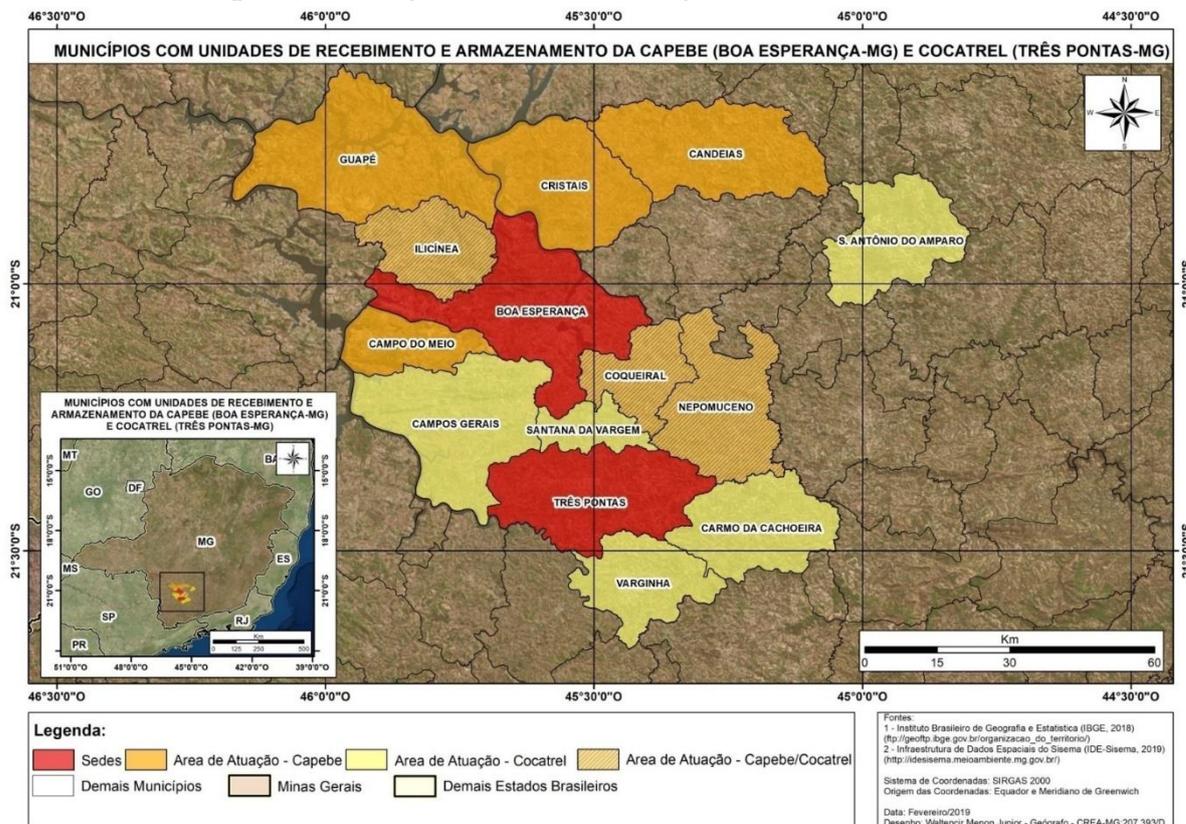
A Cocatrel adquire o café de seus associados com base na cotação da rubiácea na Bolsa de Mercados de Futuros de Nova York. Assim sendo, a cada dez defeitos, reduz-se um real no valor pago pela saca. Os concursos de qualidade do café são realizados anualmente. Os vencedores da competição ganham troféus e se beneficiam, pois sua produção é comercializada por altos preços (COCATREL, 2018). Nesta conjuntura, a produção de cafés especiais é inferior a 10% do total cultivado pelos cooperados em Nepomuceno. Além disso, destaca-se principalmente entre os grandes cafeicultores, os quais dispõem de maior quantidade de maquinário e capital para investirem em todo o processo produtivo. No entanto, a maioria dos produtores filiados à Cocatrel tem produção e rendimentos diminutos. Apesar de incentivar o ganho de qualidade dos gêneros cultivados pelos seus associados, a cooperativa não lida com cafés orgânicos (COCATREL, 2018).

A empresa comercializa diversos produtos lácteos e cafés especiais para todo o país e possui laboratórios especializados para análises pedológicas e foliares. No entanto, é cobrada uma taxa aos associados para a realização de tais procedimentos. Os cafés especiais produzidos pelos filiados são certificados por empresas nacionais e estrangeiras, como o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a *Global Coffee Platform*, a *Rainforest Alliance* e a *Utz Certified* (COCATREL, 2018).

As relações de parentesco possuem suma importância na adesão dos agricultores nepomucenenses às cooperativas, pois de acordo com seus relatos e com as entrevistas dos gestores da Cooxupé, da Capebe e da Cocatrel, a fidelidade do cooperado é frequentemente assegurada pela associação de seus amigos e parentes, os quais efetuam uma propaganda oral das cooperativas aos conhecidos.

Sublinha-se que a Cocatrel e a Capebe atuam em áreas muito próximas, inclusive com municípios que possuem unidades de armazenamento e recebimento de ambas as cooperativas. Para ilustrar tal cenário, a figura 2 mostra a área de atuação da Capebe e da Cocatrel.

Figura 2 – Municípios com Unidades da Capebe e da Cocatrel em 2018



Fonte: Elaborado por MENON JÚNIOR, Waltencir.

6 Cooperativas agropecuárias e modo de produção capitalista no município de Nepomuceno-MG

O emprego da nomenclatura cooperativa para designar determinadas empresas, como a Capebe, a Cocatrel e a Cooxupé, carrega uma carga ideológica, pois transmite a ideia de cooperação e igualdade entre os produtores, algo que não as caracteriza. O uso da palavra cooperativa remete às primeiras cooperativas, como a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, cujo caráter de enfrentamento ao capital e de solidariedade entre os produtores não está presente nas empresas mencionadas.

Segundo Therborn (1991), a concepção mercantil do mundo consiste em uma das marcas ideológicas do capitalismo. As cooperativas operantes em Nepomuceno materializam essa visão social de mundo, uma vez que direcionam suas ações para o crescimento das exportações e a maximização dos lucros.

Para Therborn (1991), a dominação ideológica possui alguns mecanismos que promovem a submissão de alguns grupos populacionais. Um deles é o sentido de inevitabilidade, o qual gera a obediência pela crença de que não há alternativas porque as condições e os fatos dados são imutáveis. Assim sendo, provoca a atenuação das lutas sociais. No município de Nepomuceno, onde mais de 2/3 dos estabelecimentos agropecuários estão vinculados às cooperativas (IBGE, 2018), os agricultores frequentemente consideram a associação a essas empresas como a única alternativa para a comercialização dos víveres cultivados.

Ademais, a dominação ideológica também acontece por meio do sentido de representação, no qual os dominados se sentem representados pelas classes dominantes, as quais agiriam em seu favor (THERBORN, 1991). Esse é o caso dos agricultores nepomucenenses que se sentem representados pelas cooperativas, as quais detêm vultosos capitais e subordinam a agropecuária municipal ao agronegócio, integrando os agricultores familiares ao mercado.

Na transição entre as décadas de 1980 e 1990, com a extinção do IBC e a desarticulação da infraestrutura produtiva cafeeira, o custo de produção da rubiácea teve considerável acréscimo, onerando especialmente os pequenos cafeicultores. Sem o apoio estatal, estes agricultores recorreram a instituições, como as cooperativas, as quais monopolizaram a comercialização de insumos agroquímicos no Brasil, sobretudo no sul de Minas Gerais, pois em virtude de seu expressivo capital, conseguem adquirir grandes estoques, ofertando produtos a baixos preços aos cooperados. Neste cenário, parcela significativa do lucro das cooperativas, inclusive da Cooxupé, provém da venda de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. A confiabilidade da mercadoria vendida por estas empresas e a possibilidade de troca do café por insumos asseguram a fidelidade dos agricultores (COULIS, 2011). Durante as entrevistas semiestruturadas realizadas, os gestores da Capebe e da Cocatrel em Nepomuceno confirmaram a possibilidade de o associado pagar os equipamentos e materiais adquiridos na cooperativa em sacas de café na próxima safra.

Entre os anos 1970 e 1980, os cafeicultores sul-mineiros procuraram assessoria técnica e crédito nas cooperativas e nos bancos para investirem na produção, majorando a produtividade cafeeira na região. Assim, a maioria dos pequenos agricultores da região absorveu estas ideias e efetivou a mecanização da produção e, sobretudo, da colheita. Apesar de o uso de equipamentos e máquinas agrícolas nas lavouras promover, em alguns casos, o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção, minora a demanda de mão de obra no campo, colaborando para o crescimento do desemprego rural (ROLLO, 2009; COULIS, 2011).

O Instituto Brasileiro do Café (IBC) forneceu apoio às cooperativas, as quais prosperaram durante o período de existência do órgão e ampliaram seu papel na cafeicultura brasileira. Principalmente nos decênios de 1970 e 1980, a instituição adquiria os excedentes da produção cafeeira e fornecia crédito para que as cooperativas adquirissem adubos, inseticidas, entre outros insumos, para revenderem aos cooperados, contribuindo para seu desenvolvimento neste período. Com o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) e do IBC, as cooperativas aumentaram sua atuação no panorama cafeeiro nacional, conquistando a adesão de muitos agricultores. A partir dos anos 1990, incentivaram o plantio intensivo de café, com vasto uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, máquinas agrícolas, entre outros elementos decorrentes da Revolução Verde (COULIS, 2011).

A partir do início do decênio de 2000, as cooperativas ganharam notoriedade no Brasil, abrangendo significativo percentual da produção e da comercialização agropecuária no país (CORADINI, 2009). Neste cenário, Oliveira (2016) mostra que aproximadamente cinquenta cooperativas agropecuárias estão entre as quatrocentas maiores empresas do agronegócio no Brasil, corroborando a importância destas corporações para a economia nacional, as quais atuam nos setores primário, secundário e terciário. No ano de 2014, a Cocatrel era a vigésima oitava maior cooperativa do país e a Capebe ocupava o posto de quadragésima quinta maior cooperativa brasileira. Ambas se situavam entre as trezentas maiores empresas nacionais do agronegócio. Já a Cooxupé, era a sétima maior cooperativa do país e figurava entre as 35 maiores empresas do agronegócio brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

Com o aporte estatal, a atuação das cooperativas na cafeicultura brasileira consolidou a inserção da produção cafeeira nacional no agronegócio globalizado e nas cadeias produtivas internacionais, majorando a dependência em relação ao capital financeiro-industrial. Ademais, favoreceu a adesão ao pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde e a subordinação aos oligopólios do setor agrícola. Em decorrência da infraestrutura de produção, transporte, armazenamento e distribuição fornecida aos produtores da rubiácea em Nepomuceno, a adesão dos cafeicultores municipais às cooperativas foi expressiva, promovendo a introdução da cafeicultura nepomucenense nas redes internacionais de produção e distribuição de café, bem como a disseminação de agrotóxicos, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas no município. O receio de possíveis calotes e a garantia do pagamento são fatores que também contribuíram para a filiação dos agricultores nepomucenenses às cooperativas.

No ano de 2016, o sul de Minas era a região do país com maior concentração de cooperativas cafeeiras. Percentual significativo do café arábica cultivado na região Sudeste tem

como destino as cooperativas, ratificando sua relevância no cenário cafeeiro nacional (IBGE, 2016). Deste modo, pode-se afirmar que o cooperativismo teve papel fundamental no processo de expansão da cafeicultura mineira e sul-mineira a partir da década de 1970, contribuindo para que o estado de Minas Gerais se tornasse o maior produtor nacional da rubiácea (ANDRADE, 1994). Neste contexto, em 2017, 67,47% dos produtores agrícolas de Nepomuceno comercializavam sua produção cafeeira com as cooperativas atuantes no município, as quais revendem o café cultivado para os mercados internos e internacionais. Salienta-se que as cooperativas compram a rubiácea com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, principalmente na Bolsa de Nova York (VILAS BOAS, 2016; MERGULHÃO, 2017; IBGE, 2018).

Portanto, as cooperativas, apesar de frequentemente serem associadas a um pensamento de cunho mais socialista e às coletividades, constituem-se, em sua maioria, como verdadeiras empresas capitalistas, as quais se apoderam da produção agrícola em busca de lucros. No entanto, Thomaz (2010) mostra que na ótica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as cooperativas podem gerar condições propícias ao estabelecimento do socialismo no Brasil. Todavia, de modo paradoxal, as cooperativas de produção agropecuária (CPAs) criadas pelo MST favorecem a inserção dos cooperados no mercado, majorando sua competitividade (FABRINI, 2000). No tocante às cooperativas agrícolas, Kautsky (1980, p. 167) enuncia que:

As cooperativas rurais de produção, em virtude das vantagens momentâneas que deixam entrever aos lavradores, servem de instrumento poderoso para avanço da industrialização da agricultura. Ao mesmo tempo, servem para abrir, de modo enérgico, o caminho à dominação do capital, que sem isso encontraria dificuldades bem maiores. Não diminuimos, certamente, a importância dessas cooperativas. Elas são consideráveis na medida em que revolucionam a agricultura. Não são, porém, um recurso de salvação para o camponês.

Kautsky (1980) compreende as cooperativas como uma forma de subordinação da agricultura à indústria e ao capitalismo. Elas interessam e beneficiam o capital industrial, cujas ações sobre a agropecuária são facilitadas. De maneira geral, as cooperativas agrícolas concentram a compra e a revenda da produção nos locais em que se instalam, além de fornecerem diversos insumos urbano-industriais e assistência técnica aos agricultores. As cooperativas operantes em Nepomuceno também adquirem a maioria da produção cafeeira local e são responsáveis por sua comercialização no Brasil, assim como no exterior. Ademais, muitos dos agricultores nepomucenenses entrevistados revelaram certa dependência em relação às cooperativas, uma vez que dependem da assistência técnica fornecida e se sentem confortáveis

pelo fato de não precisarem procurar consumidores, pois as cooperativas monopolizam a compra do café produzido no município.

Respalgadas por seu corpo técnico de profissionais e pelos laboratórios, as cooperativas adotam o discurso da ciência e, por isso, seus conhecimentos e suas orientações são aceitas pelos associados. Esse discurso científico é o discurso competente, o qual é ouvido e aceito como verdadeiro e indiscutível. Constitui um discurso instituído, cuja autoridade é conferida pelos cientistas. O discurso competente, por meio da organização e da burocratização, oculta a dominação ideológica (CHAUÍ, 1980). No caso das cooperativas, muitos cafeicultores acreditam que a associação lhes garantirá maior qualidade e produtividade no cultivo da rubiácea, especialmente em virtude da infraestrutura produtiva e do conhecimento técnico-científico fornecidos por essas empresas.

No tocante às consequências da atuação das cooperativas de caráter capitalista na agricultura, Kautsky (1980, p. 160) afirma que:

O camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se. Ele se torna um operário parcial da fábrica. (...). Paralelamente a esta subordinação técnica se verifica ainda uma subordinação puramente econômica do camponês em relação à cooperativa. Esta não fornece apenas os recursos para aperfeiçoamento da exploração agrícola e para cobertura dos seus débitos possíveis. Ela se torna também, na medida em que a exploração se adapta às suas exigências, o comprador único das mercadorias produzidas pelo camponês. A empresa agrícola não pode mais existir sem a empresa industrial, sobre a qual se apoia. A derrocada deste apoio industrial provoca a ruína da empresa agrícola.

Por intermédio da consolidação de uma infraestrutura de suporte à produção agrícola, as cooperativas conquistam a confiança e a fidelidade dos agricultores associados, assegurando a hegemonia e o controle sobre algumas culturas produzidas em Nepomuceno e nos municípios adjacentes. A supremacia das cooperativas na agricultura nepomucenense, especialmente na cafeicultura, corrobora o processo de subordinação da agricultura à indústria, previsto por Lênin (1977) e Kautsky (1980) há mais de um século. Desta maneira, essas associações influenciam diretamente a produção agrícola municipal, integrando os pequenos agricultores nepomucenenses ao mercado. A respeito das consequências da atuação das cooperativas, Liebhardt (1982, p. 75) enuncia que:

A opção pela monocultura traz consigo, no entanto, ponderáveis inconvenientes. Primeiramente, muitos associados às cooperativas e outros produtores na região veem-se forçados a aderir à monocultura, ainda sem possuir a estrutura técnico-produtiva adequada, visto que a monoculturalização generalizada tende a eliminar canais de comercialização para produtos alternativos.

Na passagem em destaque, o autor menciona a relação entre as cooperativas e as monoculturas, mostrando que as cooperativas, no âmbito do modo de produção capitalista, impelem os agricultores às práticas monocultoras, pois favorecem o cultivo de um gênero agrícola específico. Tal cenário é perceptível no município de Nepomuceno, onde as cooperativas atuam estimulando a monocultura cafeeira. O monopólio exercido na compra do café, a assistência técnica fornecida e a comercialização de insumos utilizados na cafeicultura corroboram o liame existente entre as cooperativas e as práticas monocultoras.

No tocante ao assunto, Coulis (2011) e Franco *et al.* (2018) afirmam que tais empresas desenvolveram complexas redes para o envio de agrônomos às propriedades dos cooperados, com o intuito de disseminar técnicas e métodos de combate às pragas, modernizar a produção cafeeira e aumentar a produtividade das lavouras. Desta maneira, suas ações colaboraram para a diminuição da diversidade de gêneros lavrados, tanto no sul de Minas Gerais, quanto em todo o território brasileiro. A fala dos autores contempla a conjuntura agrária de Nepomuceno, uma vez que as três principais cooperativas atuantes no município providenciam assistência agrônômica aos associados e incentivam o uso de fertilizantes químicos, sementes transgênicas e agrotóxicos na agricultura. Salienta-se que os cooperados frequentemente recorrem às cooperativas buscando soluções para problemas enfrentados, como a baixa produtividade e/ou a incidência de pragas nas lavouras.

Liehardt (1982), Porto-Gonçalves (2006) e Oliveira (2016) salientam o prejuízo financeiro causado pela monocultura ao produtor, pois elimina alternativas de comercialização de outros víveres agrícolas, cuja venda poderia ampliar os rendimentos e diminuir os impactos ocasionados pelos momentos de crise. Há também graves malefícios à segurança alimentar, uma vez que as monoculturas minoram a diversidade de alimentos consumidos, reverberando em menor variedade de nutrientes ingeridos. Destarte, podem incidir em moléstias associadas às deficiências nutricionais, ampliando as taxas de insegurança alimentar (MALUF, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006). Portanto, ao estimularem os monocultivos, muitas cooperativas impulsionam o aumento dos níveis de insegurança alimentar em suas áreas de atuação.

No município de Nepomuceno, a relação entre as cooperativas e seus associados ocorre nas diferentes etapas da cadeia produtiva, uma vez que há: a indicação e a venda de fertilizantes químicos e agrotóxicos empregados nas lavouras; recomendações quanto às formas de plantio e colheita, ao espaçamento entre as ruas de café e aos momentos de adubação e correção do solo; o envio de agrônomos – quando solicitados pelos agricultores – às propriedades; a

realização de análises pedológicas e foliares em laboratório; a avaliação e a classificação dos cafés produzidos; a distribuição e a comercialização da produção dos cooperados nos mercados nacionais e internacionais.

Liebhardt (1982) investiga a integração vertical nas cooperativas brasileiras, demonstrando que esse processo almeja o aprimoramento e o crescimento da produção. Para a concretização das metas estipuladas, as cooperativas promovem diversas ações no intuito de assegurar o estreitamento do contato e das relações com o consumidor final, maior agilidade no processamento, no escoamento e na venda de produtos de alta perecibilidade e maior controle sobre a produção, o deslocamento e a qualidade das matérias-primas utilizadas.

Com a constituição do meio técnico-científico-informacional, o espaço geográfico é constituído por horizontalidades e verticalidades, as quais se combinam para o efetivo funcionamento das redes geográficas, cujo crescimento acompanha o ritmo de intensificação da globalização. Neste contexto, as horizontalidades são caracterizadas por relações e processos desenvolvidos de maneira contígua. Em contrapartida, as verticalidades ocorrem de maneira descontínua no espaço geográfico, assegurando três etapas do processo produtivo - a circulação, a distribuição e o consumo (SANTOS, 2006).

Segundo Marx (2011), a circulação, a distribuição e a troca constituem relações verticais dentro do processo produtivo, uma vez que são influenciadas pela totalidade da sociedade. Neste panorama, a circulação e a distribuição são profundamente marcadas pela lógica das verticalidades, pois fatores sociais interferem diretamente na circulação das mercadorias, isto é, nas deliberações relativas aos locais de venda, ao transporte, entre outros aspectos. A troca também é permeada por inúmeras verticalidades, pois como nas sociedades capitalistas atuais, as mercadorias são trocadas pela forma dinheiro, os preços que as corporações hegemônicas atribuem aos seus produtos determinam o acesso e a compra dos víveres pelos consumidores.

Destarte, as redes geográficas promovem o funcionamento da sociedade e da economia mundiais sob a lógica reticular e originam interdependências, as quais são, em sua maioria, hierárquicas (SANTOS, 2006). De acordo com Andrade (1994), há uma crescente verticalização da atuação e das atividades das cooperativas no sul de Minas Gerais, processo notado no vultoso crescimento das ações e do número de associados da Cooxupé na região. Neste cenário, a lógica das verticalidades está presente nas ações efetivadas pelas cooperativas, as quais adquirem os gêneros agrícolas dos associados com base nas cotações destas *commodities* nas Bolsas de Mercados de Futuros (SCHOUCHANA; MICELI, 2004).

Sob o prisma hierárquico da integração vertical, essas associações exercem influência sobre áreas consideradas de menor importância, como as zonas produtoras (LIEBHARDT, 1982). Nesta conjuntura, as cooperativas cafeeiras instaladas no município de Nepomuceno também estão imersas na lógica vertical das redes geográficas, pois compram o café dos agricultores locais conforme sua cotação no mercado internacional e providenciam a distribuição, a troca e o consumo da rubiácea produzida pelos cafeicultores municipais.

Desta maneira, as cooperativas atuantes no município estão inseridas na lógica capitalista, constituindo empresas cujo objetivo principal é a obtenção de lucro, em detrimento de características outrora atreladas ao pensamento cooperativista, como a solidariedade, a promoção da cidadania e a preservação ambiental. Por conseguinte, não seguem a doutrina cooperativista. Neste panorama, as cooperativas são uma estratégia moderna de inserção do capital no campo. Acerca das cooperativas de caráter capitalista, Kautsky (1980, p. 159) disserta:

A primeira consequência da cooperativa vem a ser a mesma quando o camponês se torna fornecedor de uma fábrica estranha: ele deve adaptar a sua exploração às necessidades desta última. A usina de açúcar prescreve qual a semente que o agricultor deve empregar e a maneira pela qual deve fazer a adubação; a empresa de laticínios lhe prescreve qual a forragem que deve utilizar, a hora em que deve ordenhar, às vezes mesmo a espécie de vacas que deve manter.

O excerto em destaque salienta uma consequência da associação do agricultor às cooperativas capitalistas - a perda do controle sobre a produção. O domínio sobre a escolha dos procedimentos realizados na agricultura é perdido, assim como sua soberania alimentar. Imerso na produção capitalista, seu trabalho é estranhado e alienado, uma vez que o fruto de sua labuta não mais o pertence, tampouco a decisão sobre os insumos utilizados e as formas de comercialização dos gêneros cultivados. Além disso, o destino dos víveres produzidos pelos produtores associados às cooperativas é deliberado por outrem (MARX, 2004; 2008).

Doravante os decênios de 1960 e 1970, houve expressivo crescimento dos complexos agroindustriais em território brasileiro, os quais transformaram significativamente a agropecuária nacional. As ações estatais contribuíram para esse processo, pois estimularam o surgimento de indústrias fabricantes de maquinário agrícola e de insumos utilizados na produção, como adubos químicos e agrotóxicos. Ademais, fomentou crédito para que os agricultores adquirissem insumos urbano-industriais destinados à utilização nas lavouras. Assim, o governo nacional favoreceu a industrialização da agricultura e sua dominação pelo agronegócio. Neste cenário, os avanços técnico-científicos, a mecanização agrícola, a centralização de capitais e a integração entre capital privado e estatal colaboraram para o êxito

dos complexos agroindustriais no Brasil (GUIMARÃES, 1982; MÜLLER, 1982; KAGEYAMA; SILVA, 1996).

Os complexos agroindustriais integram indústria (isto é, a indústria a montante, produtora de máquinas e insumos), agropecuária, agroindústria (a qual transforma a matéria-prima oriunda do setor agropecuário) e o setor de serviços e comércio, unificando-os em todo o processo produtivo, isto é, nas etapas de produção, distribuição, troca e consumo. Além disso, são caracterizados pela estreita relação entre os capitais agrário, financeiro e industrial e pelo elevado grau de complexidade de sua base técnica de produção. Deste modo, através da consolidação de uma infraestrutura propícia ao cultivo e à comercialização de determinado gênero, geram a especialização produtiva, favorecendo a difusão de práticas monocultoras (GUIMARÃES, 1982; MÜLLER, 1989; FAJARDO, 2008). Com a constituição dos complexos agroindustriais, houve a consolidação do Brasil como um país exportador de *commodities*, sobretudo agrícolas (MENDONÇA, 2013).

Kageyama; Silva (1996) dividem as atividades agrícolas em complexos agroindustriais completos e integrados, complexos agroindustriais incompletos, atividades agrícolas modernizadas e atividades agrícolas artesanais. A classificação dos autores é baseada no grau de integração entre indústria e agropecuária em todo o processo produtivo e no caráter do vínculo entre a produção e a indústria a montante. Nesta acepção, os complexos agroindustriais completos, como os casos do açúcar e da soja, possuem total integração com as indústrias a montante e a jusante, enquanto os complexos agroindustriais, como o leite e as frutas, apresentam integração completa com as agroindústrias a jusante, mas não têm estreita integração com as indústrias a montante, fornecedoras de insumos para a produção (KAGEYAMA, 1990; KAGEYAMA; SILVA, 1996).

Na ótica dos autores, as atividades agrícolas modernizadas, como a rizicultura e a cafeicultura, a despeito da aquisição de insumos industriais, não estão intimamente integradas às indústrias a montante, tampouco às indústrias a jusante. Deste modo, não podem ser consideradas complexos agroindustriais. Já as atividades artesanais estão distantes da agricultura de cunho industrial, visto que não apresentam expressivos liames com as indústrias a montante e a jusante. Assim sendo, geralmente se destinam à subsistência e/ou ao mercado interno (KAGEYAMA, 1990; KAGEYAMA; SILVA, 1996).

As cooperativas representam o agronegócio presente na agricultura familiar em Nepomuceno, uma vez que constituem a presença da indústria a montante e a jusante da produção agrícola, isto é, fornecem insumos para a produção e beneficiam e/ou processam os

viveres cultivados, respectivamente. Desta maneira, diferentemente da tipologia arquitetada por Kageyama (1990) e Kageyama e Silva (1996), a cafeicultura sul-mineira é considerada um complexo agroindustrial, pois integra indústria, agricultura e agroindústria durante todo o processo produtivo. Segundo Müller (1989), Kageyama (1990) e Fajardo (2008), os complexos agroindustriais abrangem as indústrias que fornecem bens e serviços à agropecuária, os agricultores e pecuaristas, e as agroindústrias, as quais beneficiam, distribuem e comercializam as mercadorias produzidas até o consumidor final.

Nesta perspectiva, as cooperativas fomentaram uma infraestrutura adequada para que a cafeicultura nepomucenense constituísse um complexo agroindustrial, pois integram os setores primário, secundário e terciário na produção, além de exercerem o papel das indústrias a montante e a jusante para os cafeicultores municipais. Tal função é desempenhada por intermédio do fornecimento de agrotóxicos, fertilizantes químicos, assistência técnica e análises laboratoriais pedológicas e foliares aos cooperados, além do armazenamento, processamento/beneficiamento, transporte e comercialização da rubiácea produzida.

Destarte, as ações das cooperativas transformam a agricultura municipal em agronegócio, uma vez que promovem sua absorção pelo mercado e por práticas e relações capitalistas de produção e de trabalho. O monopólio da aquisição e da comercialização do café produzido em Nepomuceno, a compra baseada na cotação das Bolsas de Mercados de Futuros e a integração às redes internacionais de produção e venda da rubiácea corroboram a integração da cafeicultura nepomucenense ao modo de produção capitalista. A compra de insumos urbano-industriais comercializados pelas cooperativas majora a dependência dos associados em relação ao mercado capitalista, favorecendo as corporações monopolistas que atuam no setor da indústria agroquímica. Além disso, as cooperativas facilitam o acesso ao crédito e aos empréstimos, contribuindo para o crescimento da dependência financeira dos cooperados e, conseqüentemente, o seu endividamento e o aumento das taxas de lucro das instituições financeiras.

Segundo Sauer (2008) e Mendonça (2013), o agronegócio abrange as cadeias produtivas internacionais e está intimamente vinculado ao processo de industrialização da agricultura. Neste modelo de produção, há emprego de técnicas visando o aumento da produtividade e forte tendência aos monocultivos. O principal objetivo do agronegócio não é a produção de alimentos, mas a monopolização do mercado agropecuário, a diminuição da intervenção estatal no setor, a estrangeirização de terras, o controle territorial, a produção de *commodities*, a valorização de capitais e a maximização dos lucros. Além disso, vale salientar que o Estado

historicamente apoiou esse modelo de agricultura em território brasileiro, incentivando as corporações industriais atuantes tanto nas indústrias a montante, quanto nas agroindústrias (MENDONÇA, 2013).

Bruno (2016) mostra que o agronegócio agrega os agricultores familiares empresariais, os quais têm sua produção direcionada ao mercado, intentando o lucro. Assim, concorda-se com a afirmação de Caume (2009), o qual diz que não é possível estabelecer um antagonismo entre agricultura familiar e agronegócio. Deste modo, as cooperativas, ao integrarem os agricultores nepomucenenses ao mercado e torná-los dependentes, inserem a agricultura familiar do município na lógica capitalista de produção, aderindo ao arsenal ideológico do agronegócio.

A atuação das cooperativas corresponde à participação do circuito superior da economia na agricultura nepomucenense. Dentre os inúmeros elementos que caracterizam o circuito superior e estão presentes na atuação das cooperativas no município, destacam-se o vínculo com o setor bancário, as ações de publicidade e *marketing*, a organização burocrática, a dependência em relação aos mercados internacionais, a existência de grandes estoques, os vultosos capitais acumulados e a oferta de crédito aos cooperados (SANTOS, 2008). A respeito do assunto, Santos (1977; 2008) afirma que os circuitos superior e inferior da economia estão associados, favorecendo a hegemonia do circuito superior e a exploração do trabalho no circuito inferior tanto em escala local, quanto em âmbito global.

As palavras do autor condizem com a realidade do município de Nepomuceno, uma vez que a colheita da rubiácea e a produção do pequeno cafeicultor possuem inúmeros aspectos vinculados ao circuito inferior, como o diminuto capital empregado, a organização rudimentar do trabalho e da produção, as jornadas intensas e insalubres de trabalho, a pessoalidade nas relações entre os proprietários das terras e os safristas, a expressiva presença do trabalho familiar e a existência de trabalho assalariado sem carteira assinada (SANTOS, 2008). Neste contexto, as cooperativas operantes na agricultura nepomucenense adquirem a rubiácea dos produtores locais, cuja colheita, na maioria dos casos, é realizada de maneira informal, sem quaisquer contratos formais de trabalho. Assim, através da articulação entre os dois circuitos da economia, as cooperativas majoram suas taxas de lucro mediante as atividades desempenhadas na conjuntura agrária municipal.

Portanto, as cooperativas se destacam no município de Nepomuceno por promoverem a integração e a subordinação dos agricultores ao mercado e ao agronegócio, inserindo-os, por meio da comercialização de insumos agrícolas e da oferta de serviços, em redes internacionais de produção e comercialização de café. Desta maneira, há a intensificação da dependência da

agricultura local em relação às exportações, principalmente pela ênfase dada à produção de um *cash crop*, o café. Ademais, os insumos vendidos, como os agrotóxicos, as sementes transgênicas, os fertilizantes químicos e as máquinas agrícolas, favorecem o aumento do desemprego rural, a perda de diversidade genética e a contaminação de solos, águas, animais e alimentos cultivados.

Embora prestem serviços aos associados, as cooperativas exercem o papel de atravessadores na conjuntura agrária municipal. Além da função desempenhada pelas cooperativas, há microempresários que compram a rubiácea dos cafeicultores municipais em momentos de queda dos preços venais. Como dispõem de capital para aguardarem a valorização da *commodity* nas Bolsas de Mercados Futuros, esses intermediários armazenam significativa quantidade de café e a revendem em momentos de alta no mercado internacional. Neste panorama, o atravessador corresponde ao indivíduo ou à organização que adquire a produção dos agricultores e se encarrega de vendê-la.

7 Considerações finais

As principais cooperativas atuantes em Nepomuceno – Cooxupé, Capebe e Cocatrel - arquitetam diversas táticas, como a concessão de brindes, o envio de revistas informativas, a oferta de assistência agrônômica, a possibilidade de pagamento dos empréstimos contraídos com parte da safra futura e descontos nas análises foliares e pedológicas solicitadas, para a atração de novos associados e a manutenção de seus cooperados. Assim, monopolizam a compra e a distribuição da rubiácea produzida no município, exportando-a para vários países.

Desta maneira, as cooperativas representam o agronegócio na agropecuária nepomucenense e constituem complexos agroindustriais, pois integram os setores econômicos no processo produtivo e atuam como indústrias a montante e a jusante, fornecendo insumos industriais para a produção, transformando/beneficiando as matérias-primas, transportando e comercializando o produto final.

Neste cenário, as cooperativas constituem verdadeiras empresas capitalistas, pois controlam a produção cafeeira municipal, adquirindo o café cultivado pelos agricultores nepomucenenses a baixos preços e comercializando os grãos a altas cifras nas Bolsas de Valores e nas Bolsas de Mercados de Futuros. Como a maioria dos cafeicultores nepomucenenses possuem poucos recursos financeiros, precisam vender o café logo após a colheita, não podendo aguardar um momento de aumento de seu preço venal. Assim, há a exploração da mão de obra

vinculada à agricultura familiar no município de Nepomuceno. Consequentemente, as cooperativas atuantes em âmbito municipal não correspondem mais ao sentido original de seu próprio nome, visto que em vez de cooperação, efetivam diversas práticas com o intuito de superarem a concorrência e monopolizarem a agricultura local.

No entanto, os agricultores nepomucenenses não percebem o monopólio exercido pelas cooperativas no município. Contrariamente, julgam-nas como benfeitoras, pois entendem que elas facilitam a administração do estabelecimento e a comercialização da produção, visto que recomendam e comercializam os insumos empregados nas lavouras e representam uma garantia de venda da produção. A sensação de segurança proporcionada aos cooperados acarreta em uma avaliação bastante positiva por parte dos produtores locais.

Referências

- ANDRADE, R. G. R. **A Expansão da Cafeicultura em Minas Gerais: Da Intervenção do Estado A Liberalização do Mercado.** 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais, 1994.
- BARONE, M. Circuito Espacial Produtivo e Círculos de Cooperação dos Cafés Especiais: Possibilidades e Limites do Salto de Escala das Cooperativas de Café do Sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XII, 2017, Porto Alegre: Anpege. **Anais...** Porto Alegre: 2017. p. 13970-13982.
- BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A Dinâmica Territorial da Cafeicultura Brasileira – Dois Sistemas de Produção em Minas Gerais. **Revista TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 06, p. 73-91, jan./jun. 1999.
- BRUNO, R. Desigualdades, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, p. 142-160, jan./abr. 2016.
- CAPEBE – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BOA ESPERANÇA. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Setembro de 2016, Outubro de 2017 e Agosto de 2018.** Nepomuceno: Capebe, 2018.
- CARVALHO, E. T. **Fluidez Territorial e Logística da Produção Cafeeira no Sul de Minas.** 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 2013.
- CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 01, p. 26-44, jan./abr. 2009.
- CECAFÉ – CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. **Relatório de Exportações – 2018.** São Paulo: Cecafé, 2019.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia** – O discurso competente e outras falas. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1980.

COCATREL – COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Agosto de 2016, Dezembro de 2017 e Junho de 2018**. Nepomuceno: Cocatrel, 2018.

COOXUPÉ – COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Novembro de 2016, Setembro de 2017 e Abril de 2018**. Nepomuceno: Cooxupé, 2018.

CORADINI, O. L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, O. L. ; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 04-87.

COULIS, J. E. **Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Guelph, Canadá, 2011.

EMATER-MG – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Entrevistas Realizadas com os Funcionários da EMATER em Nepomuceno no Mês de Janeiro de 2019**. Nepomuceno: Emater-MG, 2019.

FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 09, n. 01, p. 67-78, jan./jun. 2000.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e a participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 09, n. 26, p. 31-44, set. 2008.

FORBES BRASIL. **Ranking das 50 Maiores Empresas de Agronegócio do Brasil – Ano 2017**. Publicado em 10 de julho de 2018. 2018. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/listas/2018/07/10-das-melhores-empresas-de-agronegocio-dobrasil/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FRANCO, M. E. ; ANGELOCCI, M. A. ; SILVA, A. B. ; PUTTI, F. F. Cenário da tecnologia de informação na gestão da produção de café no sul de Minas Gerais. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 02, p. 373-385, abr./jun. 2018.

FREDERICO, S. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 01, p. 37-48, jan./abr. 2014.

FREDERICO, S; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D’Antas – ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 03, p. 393-404, set./dez. 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [1989]. Título original: *The Condition of Postmodernity*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A Geografia do Café**. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Geografia, 2016.

_____. **Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Produção Agrícola Municipal – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: DELGADO, G. C. ; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. Monteiro. (Org.) **Agricultura e Política Públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-123.

KAGEYAMA, A. ; SILVA, J. G. “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 01-40.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. ed. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1899]. Título original: *The Agrarian Question*.

LÊNIN, V. I. **El Desarrollo del Capitalismo en Rusia**. 2. ed. Tradução de César Bobis. Madri: Akal Editor, 1977 [1899]. Título original: *Развитие капитализма в России*.

LIEBHARDT, M. E. **O Sistema Cooperativo Agrícola Brasileiro**: Comercialização, Integração Vertical e Crédito. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982.

MALUF, R. S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 25, ago. 1998. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MARX, K. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: ANTUNES, R. (Org.). **Dialética do Trabalho I** – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p. 173-195.

_____. **Miséria da Filosofia**. 2. ed. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008 [1847]. Título original: *Das Elend der Philosophie*.

_____. **Gundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 1. ed. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Rio de Janeiro: Editora Boitempo/Editora da UFRJ, 2011 [1857-1858]. Título original: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)1857-1858*.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**: A construção do conceito de *Agronegócio*. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

MERGULHÃO, A. D. Os Fluxos, as Relações e os Agentes Envolvidos na Produção e Comercialização do Café Produzido Atualmente no Brasil. **Revista da Anpege**, Dourados, v. 13, n. 22, p. 57-85, set./dez. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº. 20.313, de 27 de julho de 2012**. Institui o Fundo Estadual de Café. In: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=20313&comp=&ano=2012>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MÜLLER, G. Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 02, n. 02, p. 47-77, abr./jun. 1982.

_____. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROLLO, M. A. P. **As Novas Dinâmicas do Território Brasileiro no Período Técnico-Científico-Informacional**: O Circuito Espacial de Produção do Café e Respectivo Círculo de Cooperação no Sul de Minas. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB São Paulo, n. 53, p. 35-60, fev. 1977.

_____. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2006.

_____. **O Espaço Dividido** – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. 1ª reimpressão. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: EdUSP, 2008 [1979]. Título original: *The Shared Space: The Two Circuits of the Urban Economy in Underdeveloped Countries*.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa, 2008.

SCHOUCHANA, F. ; MICELI, W. M. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 3. ed. São Paulo: BM&F, 2004.

SISTEMA OCEMG. **Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro** – Ano 2017. Belo Horizonte: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), 2018.

SOUZA, M. C. M. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários.** 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

THERBORN, G. **La Ideología del Poder y El Poder de la Ideología.** 3. ed. Tradução de Eduardo Terrén. México: Siglo Veintiuno, 1991 [1980]. Título original: *The Ideology of Power and the Power of Ideology.*

THOMAZ, F. **O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava.** 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

VILAS BOAS, L. G. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG.** 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais, 2016.